



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

RÁDIOS COMUNITÁRIAS: POR UMA DEMOCRACIA ACTIVA

DOIS ESTUDOS DE CASO: GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE¹

Patrícia Mota Paula²

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal
patmotapaula@netcabo.pt

Resumo

O presente artigo versa sobre a utilidade das Rádios Comunitárias - como ferramentas de inclusão social imprescindíveis à Boa-Governança - em tempos de «Globalização da Informação». São apresentados dois estudos de caso, Guiné-Bissau e Moçambique, cuja investigação no terreno remete para 2003, 2004, 2007 e 2009, respectivamente. O texto reclama a necessidade de adoptar um novo paradigma comunicacional alicerçado no «local» através de uma revisão teórica de dois conceitos emergentes: “Comunicação para o Desenvolvimento” e “Glocalização”. Um estudo teórico-prático original que visa: **1.** Distinguir os diferentes formatos que caracterizam estes países da África Lusófona, **2.** Enumerar os perigos que ameaçam a sua sustentabilidade (ausência de molduras institucionais praticáveis), **3.** Analisar a importância destes instrumentos de *empowerment* na educação das populações para o desenvolvimento sustentável local.

Palavras-Chave: Rádios Comunitárias, Democracia, Direitos Humanos, Empowerment

Rádios Comunitárias: Vozes com acento Local

Já há mais de 15 anos que instituições internacionais de auxílio ao desenvolvimento, ONG's, activistas de media e académicos mundialmente reconhecidos fazem campanha

¹ O presente artigo resulta do trabalho de campo realizado em Bissau (2003, 2004 e 2007) e em Maputo (2009) no âmbito da minha Tese de Doutoramento, com o objectivo de apurar «qual o papel das Rádios Comunitárias no empowerment das populações rurais, pobres e marginalizadas».

² Jornalista, Professora Universitária e Investigadora em Africanologia e Lusofonia. Licenciada em Ciências da Comunicação, Pós-graduada em Jornalismo Internacional, Mestre e Doutoranda em Estudos Africanos (Cooperação e Desenvolvimento) na instituição de ensino supracitada.



pelo direito à criação de Rádios Comunitárias (RC) sustentadas e sustentáveis em África. Capacitar as populações rurais, pobres e marginalizadas para a compreensão dos assuntos sociais constitui o objectivo geral destes instrumentos de cidadania, cuja criação surgiu no âmbito das abordagens participativas para o desenvolvimento. Novos movimentos sociais – outrora centrados exclusivamente em aspectos relacionados com a subsistência, capacitação e mobilização - redireccionam agora a sua atenção para a implantação de tecnologias de media que visam o empowerment dos sem voz. Direitos Humanos, saúde materna, alfabetização juvenil, equidade de género, capacitação cívica, desenvolvimento rural e segurança alimentar constituem alguns temas-chave destes Órgãos de Comunicação Social (OCS) de contra-poder, considerados “subversivos” pelos decisores políticos que tardam em promulgar molduras institucionais viáveis.

O que é uma Rádio Comunitária?

“Quando uma rádio promove a participação dos cidadãos e defende os seus interesses, quando reflecte os gostos da maioria e produz bom humor e informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida quotidiana; quando nos seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões respeitadas; quando a diversidade cultural tem primazia sobre homogeneidade comercial; quando as mulheres são as principais intervenientes na comunicação e não apenas uma voz bonita ou um atractivo de publicidade; quando nenhum tipo de ditadura é tolerado; quando a palavra de todos pode ir para o ar sem discriminação ou censura, isso é uma rádio comunitária”.

José Ignacio López Vigil (2005, p. 331-332)

No decorrer da 10ª Conferência Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC10)³, 8-13 Novembro de 2010, La Plata - Argentina, foram apresentados outros conceitos interessantes: “espaços de agregação e confrontação de ideias, depositárias de um direito colectivo, movimentos pela democratização da comunicação, propostas sérias de transformação social, plataformas de fortalecimento das estruturas democráticas”. Eu diria que são instrumentos que permitem um maior conhecimento situado, instâncias criativas que permitem ouvir o OUTRO, interlocutores essenciais entre a sociedade civil

³ A Associação Mundial de Radiodifusores Comunitários (AMARC) foi fundada em 1983, reúne 4.351 rádios comunitárias (membros votantes) em 126 países, visa acompanhar e apoiar a criação de um sector mundial de radiodifusão comunitária, defende o direito à comunicação a nível local, nacional e internacional e promove os interesses do movimento de rádios comunitárias através da solidariedade, intercâmbio e cooperação. In: www.amarc.org



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

e o poder político, apóstolas da paz, verdadeiros bastiões da liberdade, sítios onde a palavra “corre” invulgarmente livre em África. As rádios comunitárias, rurais, cooperativas, participativas, livres, alternativas, populares ou educativas constituem, assim, um tema actual e intrinsecamente ligado a múltiplos conceitos-chave: boa-governança, desenvolvimento sustentável, cidadania activa, opinião pública, capital humano, participação cívica, liberdade de expressão, democracia inclusiva, sociedade da informação, empowerment, NTIC's, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's), globalização, decrescimento, altermundialização, era das redes, entre outros. Actualmente, a maioria destes media vê a sua sustentabilidade ameaçada por constrangimentos **1.** Humanos (ausência de formação adequada e instabilidade de quadros – trabalho voluntário gera elevada rotatividade), **2.** Materiais (problemas técnicos de reparação e manutenção de equipamentos) e **3.** Financeiros (ausência de receitas uniformes e problemas de acesso a fontes de energia renováveis) e enfrenta desafios imponentes: monopólio de meios de comunicação hegemónicos (públicos e privados), prossecução e censura por parte de Governos autocráticos que dificultam o acesso ao espectro radioeléctrico (precariedade na atribuição e regulação de frequências), legislação desapropriada (gera concessão de alvarás provisórios e consequente clandestinidade), disparidade no acesso aos meios (zonas rurais desprivilegiadas), mulheres excluídas do conhecimento (NTICs estimulam a sua inserção), ausência de instrumentos de medição e/ou indicadores estatísticos (tais como: impacto na educação, níveis de engajamento, número de parcerias e de planos de desenvolvimento integrados, sustentabilidade organizativa, qualidade dos conteúdos difundidos, etc.) e conceito banalizado (devido à multiplicidade de formatos existentes).

A realidade africana: Guiné-Bissau «versus» Moçambique

A Guiné-Bissau foi o primeiro PALOP a dar início à experiência de «rádio comunitária» através da ONG Acção para o Desenvolvimento (AD) que apostou na criação da Rádio Voz de Quelélé (RVQ), em 1994, que se tornou famosa pelo excelente trabalho efectuado no combate à epidemia de cólera que, nesse ano, invadiu Bissau e vitimou centenas de pessoas em todos os bairros, à excepção de Quelélé onde programas de sensibilização - sobre higiene individual e colectiva, desinfecção dos poços de água, remoção do lixo público, controlo do estado de saúde e evacuação dos



doentes sintomáticos para o hospital central - foram veiculados. Nos anos seguintes, estes OCS multiplicaram-se exponencialmente conquistando, irreversivelmente, o seu espaço de intervenção e o seu direito de cidadania. A realidade guineense é facilmente perceptível: **1.** Rádios Públicas, ex: Rádio Difusão Nacional (RDN); **2.** Rádios Comerciais, exs: Bombolom-FM, Pindjiguiti; **3.** Rádios Comunitárias: ascendem a mais de 30, espalhadas pelas 9 regiões administrativas do país, inclusive no arquipélago dos Bijagós. Estas últimas têm propostas editoriais para todos os gostos: algumas optam pela **INFORMAÇÃO** (mensagens de nascimento ou falecimento, de organização de cerimónias tradicionais ou religiosas, para solicitar a vinda de um parente, para anunciar viagens ou para convocar reuniões); outras preferem a **CULTURA** (contam-se histórias de vida, recordações da juventude, anedotas, pedem-se conselhos, resolvem-se contendas; algumas (poucas) afirmam-se pela diferença apostando resolutamente na **FORMAÇÃO** (sensibilização sobre temas fundamentais relativos à cidadania, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, à mortalidade infantil, ao ambiente, à saúde e aos direitos das mulheres). A fatia substancial vive da **RECREAÇÃO**: programas de música (discos pedidos e dedicatórias), de entrevistas com novos artistas, de promoção de cantores locais, desportivos e teatro radiofónico.

À excepção de muito poucas, todas elas são membros da Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC), criada em 2001, que visa promover: **1.** a troca de programas entre os membros da REDE, **2.** a compra conjunta de equipamentos e materiais, **3.** mecanismos de lobby junto ao poder político e legislativo em prol de interesses colectivos e individuais, **4.** a capacitação e reciclagem de radialistas e técnicos, **5.** o acesso a fontes de informação nacionais e estrangeiras credíveis.

No caso de Moçambique, a questão da propriedade é extremamente complexa, de difícil compreensão e sujeita a múltiplas interpretações no terreno. Após inúmeras entrevistas a personalidades das mais variadas inserções sociais (políticos, cientistas sociais, empresários, sindicalistas, activistas de associações e ONG's (nacionais e internacionais), representantes da Igreja, profissionais da comunicação, escritores e estudantes universitários) eis a minha conclusão sobre o panorama radiofónico real: **1.** Rádios Estatais locais (35); **2.** Rádios Públicas, ex: Rádio Moçambique (RM); **3.** Rádios Comerciais, exs: 99FM, KFM, SFM e **4.** Rádios Comunitárias (40). Quer as primeiras, quer as últimas estão, por vezes, inseridas em Centros Multimédia Comunitários



(CMC's), implementados pela UNESCO em parceria com o Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e a cooperação suíça, e cujo impulso saiu da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação e Comunicação (Genebra, 2005). Criados em prol das “TIC no desenvolvimento rural”, os CMC's edificados (actualmente, mais de 20) comportam duas vertentes: RC e Telecentro. Este, por sua vez, disponibiliza vários serviços: fotocópias, fax's, internet, aulas de informática, encadernações, material de economato, entre outros. Um fenómeno enérgico, multifacetado e cujo florescimento tem contribuído para a sustentabilidade das RC.

Rádios Estatais locais «versus» Rádios Comunitárias: uma divisão à partida simples, mas não é! Porquê? As primeiras são: **1.** propriedade do Estado, representado pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), criado em 1977 para a promoção da comunicação no desenvolvimento rural; **2.** geridas centralmente a partir da Direcção do ICS através das delegações provinciais; **3.** financiadas pelo Estado, através do seu Orçamento Geral. Podemos dizer, sem reservas, que estas rádios são desprovidas de autonomia jurídica, financeira, patrimonial e até editorial.

As segundas são membros do FORCOM, o Fórum Nacional das Rádios Comunitárias, criado em 2004, cujo objectivo é “representar e defender os interesses das RC através de uma coordenação efectiva das necessidades e intervenções de todos os membros filiados, sem discriminação geográfica, étnica, religiosa, política, cultural e de género”⁴, esclarece o Vice-Presidente, Padre João Carlos. A Directora, Benilde Nhalevilo, enumerou os objectivos: “estimular um espaço de concertação em torno de matérias de interesse geral, promover uma cooperação estreita com o Governo, entidades públicas e privadas nacionais e doadores, promover e mediar a cooperação regional e internacional e fomentar a equidade de género”⁵. Muito à semelhança da RENARC na Guiné-Bissau.

A meu ver, a natureza comunitária de uma rádio deve consubstanciar-se nas seguintes quatro características mínimas: **a)** propriedade da comunidade (geográfica ou de interesse) à qual serve; **b)** sem fins lucrativos, visando apenas objectivos sociais; **c)** gerida pela comunidade, sem interferências externas, públicas ou privadas, políticas ou comerciais; **d)** a programação deve reflectir as aspirações da sua comunidade. Os OCS comunitários são actores privados com objectivos societais, culturais e educacionais

⁴ Declaração obtida no terreno a 01-12-2009 nas instalações do Forcom, em Maputo.

⁵ Declaração obtida na AMARC10, a 10-11-2010, na Argentina.



específicos e ímpares, cuja gestão está a cargo de diversos tipos de organizações sociais sem fins lucrativos: “Sua característica fundamental é a participação da comunidade tanto na propriedade do meio quanto na programação, administração, operação, financiamento e avaliação. Trata-se de meios independentes e não governamentais que não realizam proselitismo religioso, nem são de propriedade ou estão controlados ou vinculados a partidos políticos nem a empresas comerciais”⁶ (AMARC, 2008).

O busílis da questão em Moçambique - que muita fricção interna tem provocado - reside nas Rádios do ICS que, pelas características supracitadas (divergentes da definição da AMARC), são indubitavelmente rádios estatais locais e não comunitárias! Sofia Ilale, Directora-Geral do ICS, tem uma posição contrária: “As nossas rádios são todas comunitárias. Estão instaladas na comunidade, são geridas pela comunidade, são pertença da comunidade, os programas são definidos pela comunidade, só o título da propriedade é que é estatal! É da responsabilidade do Estado educar o seu povo. A nossa espinha dorsal são os programas educativos. Existe um comité de gestão que representa o povo. O financiamento é descentralizado, ou seja, não existe um fundo estatal específico para as RC, o ICS pede verbas consoante as suas necessidades, daí a importância de uma Lei da Radiodifusão para legislar o sector”⁷. Esta representante do Governo afirma categoricamente que a sobrevivência destes media depende exclusivamente do Estado e critica as ONG’s por criarem rádios e depois se retirarem sem cumprirem “com aquilo que é o Plano do Governo”, revelando “falta de seriedade”. Em suma, existem as rádios comunitárias do Forcom (membro votante da AMARC) e as rádios estatais (locais) do ICS (membro associado da AMARC). Impõe-se a pergunta: esta multiplicidade de estações – chamadas de comunitárias – promove a banalização do conceito existente? Uma problemática complexa cuja resposta obtive na AMARC10: “As coisas não são todas a preto e branco, há zonas cinzentas... o que não implica excluir e/ou negligenciar estes projectos menos digeríveis do ponto de vista da «liberdade de expressão». Mesmo sendo propriedade do Estado ou da Igreja, elas continuam a servir as comunidades, envolvendo mais pessoas no processo de comunicação. Passo a passo, elas acabarão por se mover na direcção correcta”, esclareceu Jim Ellinger (Austin Airwaves, EUA). Onde estabelecer o limite? Um

⁶ Documento: “Princípios para um Marco Regulatório Democrático sobre Rádio e TV Comunitária”, In: <http://legislaciones.amarc.org/Principios/>

⁷ Declaração obtida no terreno a 14-12-2009 nas instalações do ICS, em Maputo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

problema que se impõe pela multiplicidade de realidades a nível mundial, as quais geram exemplos híbridos, difíceis de categorizar e obscuros em termos de objectivos. Porque não há consenso nacional sobre «como classificar as rádios do ICS», instala-se outra problemática: afinal, quando e como surgiram as rádios comunitárias em Moçambique? Felisberto Tinga, Director do Gabinfo⁸ (Gabinete de Informação do Estado) explica o processo: “Em 1977, O Ministério da Informação pediu ao Sr. Juarez da Maia (brasileiro), director/fundador do Gabinete de Comunicação Social (cujo nome evolui mais tarde para ICS), para encontrar um Novo Paradigma da Comunicação Social visando quebrar com o legado informativo do período colonial e unir as populações dispersas e desprovidas de tudo, numa lógica de custo/benefício. Este especialista em Comunicação/TIC’s sugeriu o Projecto das “Aldeias Comunais” (uma cópia da Tanzânia onde Jamal significa «lugar de unidade»), financiado pela UNICEF e baseado numa lógica de acção bicéfala com coabitação simultânea e pacífica: **1.** Centros de Escuta Radiofónica e **2.** Centros de Escuta Colectiva (cuja designação evolui, posteriormente, para Centros de Comunicação Social)”⁹, esclarece. Diferenças? Os primeiros tinham um sistema de 3/4 altifalantes com uma torre de 20/30 metros, um leitor de cassetes e permitia que alguém veiculasse mensagens: relatos de futebol, programas educativos, saneamento básico e violência doméstica... “na província de Gaza, os homens bêbados batiam muito nas mulheres, estas queixavam-se nos Centros e estes anunciavam publicamente os nomes dos agressores. A violência baixou consideravelmente!”, acrescenta. Nos segundos, o responsável do bairro marcava o dia e a hora para as pessoas se juntarem a ouvir as notícias no mesmo aparelho de rádio. Os Centros de Comunicação Social (também tutelados pelo Ministério da Informação) já eram mais elaborados: tinham altifalantes, amplificadores, chefes de redacção, locutores, programação própria, salas de emissão e correspondentes populares que “percorriam quilómetros a pé ou de bicicleta visando recolher informações nas aldeias comunais vizinhas com vista à obtenção de dados, por exemplo, do número de crianças mortas com cólera nessa semana”. Para Tinga, “estes eram, indubitavelmente, os embriões das Rádios Comunitárias!” Contudo, as opiniões divergem:

⁸ Criado em 1995 após a extinção do Ministério da Informação. In: <http://www.portaldogoverno.gov.mz>

⁹ Declaração obtida no terreno a 30-11-2009, nas instalações do Gabinfo, em Maputo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“Estes centros faziam parte integrante das estratégias e políticas de colectivização rural, empreendidas pelo Governo nos anos imediatamente a seguir à independência, através, precisamente, das aldeias comunais. Eram centros de escuta colectiva de mensagens de mobilização político-ideológica dos aldeões. A transmissão através de altifalantes para todos os cantos de uma aldeia significava que a sua escuta era obrigatória para todos: reflectindo as opções políticas da época. Estes centros eram profundamente anti-democráticos. Nada tinham de comunitário, a não ser o seu “localismo”¹⁰.

Tomás Vieira Mário, Presidente do MISA¹¹ Moçambique

Abro aqui um parêntesis para referir que a intenção do Projecto das Aldeias Comunais foi, a dada altura, questionada. Havia quem o descrevesse como “uma forma de colonizar pessoas através de propaganda governamental”. Preocupada, a UNICEF, em 1980, contratou Michèle e Armand Mattelart – professores de sociologia da comunicação na Universidade de Paris (VII e VIII) – como consultores e peritos nesta matéria, visando aferir da natureza e capacidade do mesmo para garantir um futuro próspero em termos de comunicação. José Luís Cabaço, sociólogo e Ministro da Informação entre 1980-1986, fez questão de explicar “O meu antecessor, Jorge Rebelo, propôs à UNICEF criar Centros de Comunicação Social (CCS), ideia bem recebida. Era obrigatório passar os programas desta agência das NU, música e noticiários em línguas locais. Eram igualmente utilizados para julgamentos locais (infidelidades nas aldeias, punição de alunos faltosos). As emissões começavam às 4:30 (quando os camponeses iam para a lavra) até às 10:30 e depois à noite. As pessoas agradeciam à Frelimo por lhes prolongar o dia. O Projecto foi questionado, Mattelart e a mulher foram até Cabo Delgado, visitaram quase todos os centros existentes (36) e concluíram que a estrutura do projecto era autoritária e/ou verticalizada mas que se tratava de instrumentos geridos pela comunidade e com uma dinâmica local muito interessante”¹². No relatório de Mattelart (obtido no terreno) pode ler-se: “The vertical dimension inherent in the nature of the medium and its accompanying image seems to be to a large extent offset, if not eliminated, by the close control which the people exercise over the message broadcast. In this connection, the various sectors of the population must be made to participate

¹⁰ Declaração obtida no terreno a 01-12-2009, no Hotel Avenida, em Maputo, e via e-mail a 03-08-2010.

¹¹ Instituto de Comunicação da África Austral, In: <http://www.misa.org.mz>

¹² Declaração obtida no terreno a 18-12-2009, nas instalações da Universidade Técnica de Moçambique (UTM), em Maputo, na qual José Luís Cabaço é hoje Reitor.



more actively in producing the messages”¹³. Cabaço corrobora Tinga dizendo “A ideia era já de RC!”. Em 1984 surge a Rádio Xai Xai (província de Gaza), emissora do ICS designada por “comunitária” e, nos anos seguintes, outras se lhe seguem. Este monopólio estatal começou a desmoronar-se com a Constituição da República de 1990 - consagrava os princípios da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito à informação – e com a Lei de Imprensa nº18/91 de 10 de Agosto que regulava o pluralismo informativo. O monopólio do Estado sobre a actividade de radiodifusão é extinto pelo governo, o espectro é alargado aos sectores privado, misto e cooperativo. Em 1994, o Governo transforma a Rádio Moçambique (RM), estatal, em empresa pública. Em finais dos anos 90, paralelamente à RM e ao ICS, começam a surgir outras iniciativas interessantes: no âmbito do projecto “Rádio Rural e Televisão (RRTV), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER), tutelado pelo Ministério da Agricultura, cria mais de 10 rádios e televisões rurais. Com a extinção do INDER, em 2000, o ICS herda todo o seu parque radiofónico. Em 1992, ano da assinatura dos acordos de paz para Moçambique, surgem dois novos subsectores: **1.** radiodifusão partidária (atribuição de alvará à Rádio “Voz da Renamo” (VOR), mais tarde rebaptizada por “Terra Verde”); **2.** Organizações da Sociedade Civil, incluindo a comunicação comunitária. Tomás V. Mário destaca ainda três iniciativas a reter: **1.** o Projecto “Media para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais e Empoderamento da Sociedade Civil” (MIRAC, 2003-2007), da ONG dinamarquesa IBIS, que colocou no ar mais quatro rádios comunitárias na província do Niassa (em Maúá, Massangulo, Muembe e Majune), **2.** A Rádio Comunitária do Buzi, apoiada pelo Instituto Austríaco de Cooperação Norte/Sul, **3.** A Rádio N’tyana, apoiada pela Oxfam-América.

Para este jornalista veterano - visão da qual partilho -, o sector radiofónico comunitário moçambicano surge “inspirado, patrocinado e apoiado por duas agências das Nações Unidas (UNESCO e PNUD)” que vão estabelecer o projecto “Fortalecimento da Democracia e Governação através do Desenvolvimento dos Media (1998-2006)”. Considerado o maior da sua génese até à data executado pela UNESCO em todo o mundo, este projecto (financiado por doadores bilaterais de Moçambique: países nórdicos e Irlanda) resultou na criação, de raiz, de oito Rádios Comunitárias: **1.** ARCO

¹³ “Social Communications for Development in Mozambique. A tentative evaluation. Report by Michele and Armand Mattelart, English (original in French), Maputo, Mozambique, October 1980”.



de Homoine (Província de Inhambane), **2.** Voz da Cooperativa (Bairro de Bagamoyo, arredores de Maputo), **3.** do Dondo (Província de Sofala), **4.** Cabeça do Velho (Chimoio, Província de Manica), **5.** Massequece (Província de Manica), **6.** de Cuamba (Província do Niassa), **7.** de Metangula (Província do Niassa), **8.** de Milange (Província da Zambézia) e de alguns CMC's. “É neste contexto que, em Abril de 2004, a dinâmica nacional de radiodifusão local, de matriz comunitária, culmina com a criação oficial do FORCOM, cuja conferência constitutiva teve lugar em Chimoio, com a representação das 42 rádios existentes na altura (UNESCO, IBIS, ICS, Igreja, etc.), televisões comunitárias, CMC's e outros convidados nacionais e estrangeiros ligados à área de radiodifusão comunitária”, elucida. O Forcom nasceu, por conseguinte, como resposta à pergunta: como agregar todas estas rádios e garantir a sua sustentabilidade a longo prazo? Na altura, ICS (estatal) e Forcom (privado) eram, assim, uma espécie de Partners/Stakeholders no mundo da radiodifusão comunitária. Contudo, devido a “incompatibilidades nas regras do jogo”, separam-se em 2006. Uma cisão “benéfica porque dividiu as águas e as intenções”, afirma a maioria dos entrevistados. Hoje, o ICS reclama o carácter comunitário das suas rádios e o Forcom nega-se a reconhecê-las como tal, designando-as por “rádios estatais locais”.

Processo BOTTOM-UP: realidade ou ilusão?

Mas, as incongruências e as discordâncias não se verificam apenas ao nível do ICS. Um dos membros do Forcom, a Rádio Maria¹⁴ (1995, Machava), faz parte de uma FAMÍLIA MUNDIAL espalhada por mais de 50 países de todos os continentes, é pertença da Igreja Católica (embora não esteja sob a alçada de nenhuma diocese), tem por missão evangelizar os leigos, detém equipamento de última geração, emite programas intercontinentais e não difunde conteúdos que firam a moralidade católica (ex: uso do preservativo na prevenção do HIV-SIDA). Isto é: ausência de autonomia editorial, a comunidade está sujeita ao que a Igreja Católica considera veiculável. Em 2009, a grelha de programação falava por si: Arte de Viver o Evangelho, Um ano a caminhar com S. Paulo, Missa do Dia, Encontro com o Senhor, Leituras Bíblicas em Português, Chope e Ronga, etc. Programas “comunitários” contavam-se nove espalhados pelos sete dias da semana: Magazine Cultural, Canal Juvenil, Direitos

¹⁴ In: <http://www.radiomaria.org.mz/>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Humanos, Economia Doméstica, Sintonia Escolar, Você e a Saúde, Avisos Comunitários, Mensagens e Dedicatórias. Até a música é “variada religiosa”. O Director, Padre Alberto Buque, argumentou com veemência: “Somos uma RC de educação cristã. A mensagem de Deus não é exclusiva dos católicos, usamos todos a mesma Sagrada Escritura: a Bíblia. É uma rádio de paz, tranquilidade e meditação transcendental. Promovemos o respeito pela mulher dentro de casa, a justiça, a honestidade, a educação e a saúde. Há muito espaço para a defesa de valores comuns à Humanidade”¹⁵. Será a Rádio Maria comunitária? E os membros da comunidade que não desejam ser evangelizados ou que são ateus, ficam excluídos desta linha editorial?

“Eis uma questão sobre a qual nunca nos posicionámos de forma clara. A Igreja procura muitas vezes operar rádios argumentando que são comunitárias porque servem uma «comunidade de fé» específica com interesses próprios, o que é discutível e confuso. O processo «bottom-up» significa inexistência de uma entidade superior (Estado/Igreja), a gestão e a propriedade pertencem à comunidade. Por conseguinte, a Rádio Maria é imperfeita. Contudo, as Redes/os Fóruns nacionais têm total autoridade para escolher os seus membros. O facto de o FORCOM ser membro da AMARC, não significa que as suas rádios o sejam pois estão obrigadas a solicitar, per si, o estatuto de associadas. A AMARC não pode, autoritária e unilateralmente, definir um conjunto de balizas fixas quando as especificidades dos países – em termos de organização do sector - são distintas. É mais tangível definir objectivos claros, identificar boas práticas, elaborar declarações de intenções, garantir workshops a nível regional, trabalhar com as populações locais. Algo mais orgânico e menos normativo. Não podemos cair lá de pára-quedas, tipo polícias, e dizer «perceberam tudo mal»”¹⁶.

Steve Buckley, Presidente cessante da AMARC, em entrevista presencial

Embora concorde com a impossibilidade de impor templates externos, a verdade é que, ano após ano, o conceito de RC cresce desmesuradamente e mais rádios - que pouco ou nada têm de comunitário - vão cabendo nesse saco gigantesco que parece não ter fundo. Soluções? Os países africanos devem adoptar legislação específica para estes instrumentos de empowerment (como fez o Uruguai, em 2007) e Códigos de Conduta (à semelhança da Austrália, em 2008) rumo à homogeneização de práticas e conceitos.

¹⁵ Declaração obtida no terreno a 18-12-2009 nas instalações da Rádio Maria, em Maputo.

¹⁶ Declaração obtida na AMARC10, a 12-11-2010, na Argentina.



Mais, África deve seguir os passos da Nigéria, cujas RC obtiveram licenças para emitir em Outubro de 2010. Um passo gigante na direcção correcta: a legalização do sector.

O futuro fala «glocal»

A África de hoje – seja quais forem as diferenças dos países em termos de importância geográfica e/ou geopolítica, dimensão, densidade populacional, património natural ou herança cultural - caracteriza-se por uma crise desenvolvimentista cujo resultado directo é a pobreza estrutural e consequente exclusão social. Os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) são, sem dúvida, os principais perdedores desta globalização assimétrica. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, intitulado “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”, Guiné-Bissau e Moçambique ocupam os 164º e 165º lugares, respectivamente, num total de 169 países, figurando na lista dos mais pobres do mundo. Como alterar este cenário? É essencial que os executivos e/ou decisores africanos apostem na construção de uma Sociedade da Informação (SI) democrática, competitiva, livre, transparente, justa, impulsionadora das capacidades nacionais e que contribua para a diminuição das assimetrias locais e globais. Uma SI baseada no paradigma: “Pensar Global, Agir Local”¹⁷, um modelo de evolução que alia o desenvolvimento económico ao progresso social, salvaguardando o ambiente e os recursos naturais, visando o bem-estar das gerações vindouras. Os PVD devem fazer uma avaliação da situação nacional em termos de «Comunicação para o Desenvolvimento»¹⁸ visando elaborar um quadro de referência evolutivo e flexível que mobilize diásporas, decisores (Governos), executantes (ONG’s) e beneficiários (Comunidades), num cenário de confiança e transparência, apostando numa dialéctica de correspondência entre macro e micro (necessidade estratégica endógena). Defendo que o desenvolvimento sustentado das sociedades modernas depende de uma

¹⁷ “Pensar Global, Agir Local” é o lema do Plano de Acção Global “Agenda 21” (adoptado por 178 nações) que resultou da Conferência das Nações Unidas para o ambiente e desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992). Trata-se de um programa de acção que assenta numa forte parceria entre os actores locais (associações de base, ONG’s, empresas, sindicatos) visando o desenvolvimento sustentável no século XXI. “Modelo de desenvolvimento que compatibiliza o crescimento económico com o progresso social e a salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais, assegurando o bem-estar das gerações actuais, sem comprometer as gerações vindouras”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21

¹⁸ A comunicação encarrega-se da dimensão humana do desenvolvimento: esta entabula um diálogo com a população rural, envolve-a na planificação do seu próprio desenvolvimento, fornece-lhes informação como base para a mudança social e transmite-lhes conhecimento e habilidades necessárias para melhorar a sua qualidade de vida. As metodologias e instrumentos de comunicação podem ajudar a superar as barreiras do analfabetismo, idioma, diferenças culturais e isolamento físico. (FAO 1996)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

democracia comunicacional alicerçada na Glocalização¹⁹, estratégia que visa conferir à Globalização um cariz multidimensional (presença da dimensão local na produção de uma cultura global). Por «glocal» entende-se aqui «Rádios Comunitárias», sinónimo de cidadãos comprometidos com os destinos das suas comunidades (dimensão colectiva, solidária, agregadora e desenvolvimentista). Uma ideia também patente nas palavras do Papa Bento XVI, durante a missa de encerramento do sínodo para a África, em 2009, no Vaticano: “O modelo de desenvolvimento global deve ser revisto e corrigido para incluir todos os povos e não apenas os que estão melhor equipados para beneficiar do mesmo”. O líder da igreja católica destacou ainda que o desenvolvimento económico e humano do continente deve respeitar as culturas locais e o ambiente.

Actualmente, a RENARC tem 28 RC filiadas e o FORCOM 40. Embora a Guiné-Bissau seja o país precursor da radiofonia comunitária nos PALOP, os números supra-referidos demonstram uma maior pujança do sector moçambicano. Ao contrário da América Latina, as RC africanas surgiram a partir de processos exógenos, daí a notória falta de engajamento das populações, principalmente em Moçambique, onde denotei um menor dinamismo na produção de programas próprios e na procura de informações nas tabancas, centrando-se as emissões quase exclusivamente na retransmissão dos programas da Rádio Moçambique. O sector guineense está mais organizado e balizado (as RC são organismos vivos/dinâmicos que não dependem de CMC's para sobreviver). Em termos de capacitação técnica no domínio das TIC's, urge realçar o trabalho da Informorac (Iniciativa Nacional de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias, criada em 2003) na Guiné-Bissau e do CAICC (Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária, criado em 2006) em Moçambique, cujas atribuições são similares: apoio técnico através de cursos de formação e visitas de acompanhamento, produção de ferramentas e estudos úteis para as actividades regionais e reforço das

¹⁹ “As mudanças estruturais que as sociedades e o sistema internacional experimentam têm sido determinadas pela interacção entre três processos distintos: a globalização, a emergência da sociedade/economia do conhecimento e a sociedade em rede. Assim, assiste-se a um processo de globalização-localização – a chamada «glocalização». A localização está associada à emergência da sociedade do conhecimento em que a produção, difusão e uso efectivo do conhecimento e a sua tradução em inovação, a par da aprendizagem, são as actividades sociais mais relevantes. O «conhecimento tácito» (know how e know who) é que é decisivo. Contrariamente ao «conhecimento codificado», a produção e difusão do conhecimento tácito requer interacção pessoal, face to face, a criação de laços de confiança, um elevado nível de capital social e uma base territorial – acabando por dar um novo valor estratégico ao território, que contraria a perda de relevância gerada pela globalização”. In: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=808>



dinâmicas descentralizadas através de parcerias com outras organizações de desenvolvimento local. A Informorac promove esta interconexão através de uma “unidade móvel e do «blended learning» (ensino misto que combina a aprendizagem presencial e à distância através da Internet)” e o CAICC opera através de um “Helpdesk disponibilizado presencialmente, por telefone, e-mail, skype, messenger e lista de discussão”, esclareceu presencialmente Leonel Macuácuá, gestor do serviço.

Em ambos os PALOP não existe «Lei de Radiodifusão», prevalece a Lei de Imprensa de 1991. Update: O governo moçambicano iniciou, em finais de 2007, o processo de preparação da futura Lei da Radiodifusão, primeira neste domínio desde a independência do país em 1975, destinada a regulamentar a actividade da radiodifusão sonora e televisiva. “Como sucedânea da Lei de Imprensa (nº18/91 de 10 de Agosto), esta Lei visa responder ao crescimento do sector nos últimos 10 anos e também a um comando da Constituição da República de 2004 que manda regulamentar, em lei ordinária, as liberdades de expressão e de imprensa e o direito à informação” (Mário, 2008, p.25). A ser aprovada pelo Parlamento, esta Lei (em fase de debate público) preenche o actual vazio legislativo e corrobora a ideia-chave do presente artigo: “A popular Government without popular information or the means of acquiring it, is but a Prologue to a Farce or a Tragedy or perhaps both. Knowledge will forever govern ignorance, and a people who mean to be their own Governors, must arm themselves with the power knowledge gives”²⁰. Estará África a organizar a sua própria Altermundialização? Poderá África contribuir positivamente para um mundo globalizado? Sim, um «sim» condicionado à introdução de uma nova lógica de crescimento no Sul, alicerçada nas RC e nas TIC. No âmbito destas questões e visando “acentuar a ruptura com o projecto de destruição que se perpetua sob o estandarte da globalização”, Latouche (2004, p.16), professor na Universidade Paris-Sul, defende uma mudança profunda de paradigma, alicerçada no “decrecimento/desaceleramento” das sociedades. Um movimento que nasceu em finais dos anos 70 e cujo projecto visa: banir os efeitos negativos do crescimento, relocalizar a economia (diminuir a dependência do Ocidente), coibir a procura desenfreada do lucro pelos detentores do capital, reduzir o consumo material e o desperdício frenético, incorporar a ecoeficiência, alcançar o bem-estar material e espiritual universal, trabalhar em prol da interacção pacífica e

²⁰ JAMES MADISON PROJECT, In: http://www.jamesmadisonproject.org/press.php?press_id=18



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reciprocamente vantajosa entre seres humanos, construir sociedades solidárias, autónomas e actuantes, restaurar a justiça social, diminuir o desemprego e reduzir o tempo de trabalho, recuperar a dimensão local da produção, incluir os cidadãos na vida política, reabrir espaços de inventividade e criatividade, “fazer decrescer o «bem-ter» estatístico para melhorar o bem-estar vivido”, elucida. Mentor e porta-voz desta visão, Latouche sintetizou-a em 8 R’s: Reavaliar, Reconceptualizar, Reestruturar, Relocalizar, Redistribuir, Reduzir, Reutilizar, Recuperar. Uma proposta algo utópica, limitada e perigosa já que, a meu ver, pressupõe o abandono de programas que, embora injustos, asseguram o mínimo de qualidade de vida aos excluídos da mundialização. À semelhança de Ignacio Ramonet, sou uma “Alterglobalista” convicta, acredito numa «alternativa ao modelo neoliberal em curso», ou seja, em áreas/estratégias de crescimento originais/emancipadoras que respondam eficazmente à complexidade mundial. Porque a Informação é o petróleo do novo milénio, as RC africanas instituem-se neste contexto de mudança como pilares das Estratégias Nacionais de Comunicação para o Desenvolvimento, centradas no progresso regional e local (integrando os actores sociais nas redes de sinergias da revolução comunicacional/tecnológica em curso).

Bibliografia

ALUMUKU, Patrick & WHITE, Robert (2005). “Rádio Comunitária para o Desenvolvimento”. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona.

PAULA, Patrícia (2009). “Rádios Comunitárias – Em prol da Comunicação para o Desenvolvimento”. Revista Africanologia nº 2, Lisboa, ULHT-UEICTS, pp. 141-166.

BORDENAVE, Juan E. Díaz (2003). O que é Comunicação. São Paulo, Ed. Brasiliense.

BRECHT, Bertold (2005). Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org.) Teorias do Rádio: textos e contextos – Volume I. Florianópolis, Ed. Insular.

COLEMAN, S. (2003). A Tale of Two Houses: The House of Commons, the Big Brother House and the People at Home. London, Ed. Hansard Society.

DAGRON, Alfonso G. (2001). Making Waves: Stories of Participatory Communication for Social Change. New York, Rockefeller Foundation.

FERIN, Isabel (2002). Comunicação e Culturas do Quotidiano. Lisboa, Ed. Quimera.

FREIRE, Paulo (1987). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.



GIDDENS, A. (1994). *Beyond Left and Right*. Cambridge, Ed. Polity Press.

JANE, Tomás José (2004). “O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*.

LATOUCHE, Serge (2004). “Por uma sociedade de decrescimento”. Lisboa, *Jornal Le Monde Diplomatique*, Ed. Campo da Comunicação.

LINDGREN ALVES, José Augusto (2005). *Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva.

MÁRIO, Tomás Vieira (2008). *Direito à Informação e Jornalismo em Moçambique*. Maputo, Ed. Ndjira.

MILL, J. S. (1859-1964). *Utilitarianism, Liberty and Representative Government*. London & New York, Ed. Everyman's Library.

NAMBURETE, Eduardo (2003). “A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*.

PAULA, Patrícia (2010). “Integração Global, Desenvolvimento Local: impacto da Comunicação Participativa em África”. *Africanologia*, Lisboa, ULHT.

PAVARALA, Vinod & MALIK, Kanchan K. (2007). *Other Voices – The Struggle for Community Radio in India*. London, SAGE Publications.

PEIXEIRO, Fernando & FERREIRA, José Gomes (2002). O acesso aos meios de comunicação social. In *Comunicando – Unidade Didáctica 5*, pp. 189-193.

RENNIE, Ellie (2006). "Community Media and Direct Representation". Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association, Dresden International Congress Centre, Dresden, Germany.

RENNIE, Ellie (2006). *Community Media: A Global Introduction*. Lanham MD, Ed. Rowman & Littlefield (forthcoming).

SOARES, Mário (2000). *Português e Europeu*. Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates.

VIGIL, José Ignacio López (2005). *Manual Urgente Para Radialistas Apasionados*. Lima, Versão PDF: Inti Barrientos, pp.131-132.

WOLTON, Dominique (2004). *Pensar a Comunicação*. Brasília, Ed. UnB.